Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Volume 49 | Abr. 2018

Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 9 de 2018

Introdução

Dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika são doenças de notificação compulsória, e estão presentes na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, sendo que a febre pelo vírus Zika foi acrescentada a essa lista pela Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, unificada pela Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde.

Este boletim apresenta os dados de 2018, até a Semana Epidemiológica (SE) 9 (31/12/2017 a 03/03/2018), comparados com igual período do ano de 2017. Os dados de Zika apresentados se referem à SE 7, pois não houve atualização. Estão apresentados o número de casos, o número de óbitos e o coeficiente de incidência, calculado utilizando-se o número de casos novos prováveis dividido pela população de determinada área geográfica, e expresso por 100 mil habitantes. Também é apresentado o número de casos registrados em 2016 para os três agravos.

Os "casos prováveis" são os casos notificados, excluindo-se os descartados, por diagnóstico laboratorial negativo, com coleta oportuna ou diagnosticados para outras doenças. Os casos de dengue grave, dengue com sinais de alarme e óbitos por dengue informados foram confirmados por critério laboratorial ou clínico-epidemiológico. Os óbitos por chikungunya e Zika são confirmados somente por critério laboratorial.

Todos os dados deste boletim são provisórios e

Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Isso pode ocasionar diferenças nos números de uma semana epidemiológica para outra.

Os municípios são comparados utilizando-se estratos populacionais distribuídos da seguinte forma: menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes.

Os dados de dengue e chikungunya estão no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Online (Sinan Online), e os de Zika, no Sinan-Net. Os dados de população dos anos de 2016 e 2017 foram estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2018, foram utilizadas as estimativas populacionais de 2017.

Dengue

Em 2017, entre a SE 1 a SE 52, foram registrados 251.711 casos prováveis de dengue, e em 2016, 1.483.623 (Figura 1). Em 2018, até a SE 9 (31/12/2017 a 03/03/2018), foram registrados 44.915 casos prováveis de dengue no país, com uma incidência de 21,6 casos/100 mil hab. (Tabela 1), e outros 21.525 casos suspeitos foram descartados (dados não apresentados em tabelas).

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 06/07/2017; de 2017, em 15/01/2018; e de Em 2018, até a SE 9, a região Sudeste apresentou o maior número de casos prováveis (16.369 casos; 36,4%) em relação ao total do país. Em seguida aparecem as regiões Centro-Oeste (15.856 casos; 35,3%), Nordeste (6.083 casos; 13,5%), Norte (4.315 casos; 9,6%) e Sul (2.292 casos; 5,1%)

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde Ministério da Saúde

ISSN 2358-9450

©1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1.000 exemplares

Comitê Editorial

Adeilson Loureiro Cavalcante, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, Márcia Beatriz Dieckmann Turcato, Márcio Henrique de Oliveira Garcia, Maria de Fátima Marinho de Souza, Maria Terezinha Villela de Almeida.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Dalcy de Oliveira Albuquerque Filho e Divino Valero Martins (Editores Científicos), Lúcia Rolim Santana de Freitas e Maryane Oliveira Campos (Editoras Assistentes).

Colaboradores

Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo Aedes/DEVIT/ SVS/MS: Cibelle Mendes Cabral, Danielle Bandeira Costa de Sousa Freire, Juliane Maria Alves Siqueira Malta, Roberta Gomes Carvalho, Sulamita Brandão Barbiratto e Virginia Kagure Wachira.

Normalização

Ana Flávia Lucas de Faria Kama (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Projeto gráfico e distribuição eletrônica Núcleo de Comunicação/SVS

Diagramação

Jeovah Herculano Szervinsk Júnior (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Secretaria Executiva

Márcia Maria Freitas e Silva (CGDEP/DEGEVS/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Apresentação

O Boletim Epidemiológico, editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, é uma publicação de caráter técnico-científico, acesso livre, formato eletrônico com periodicidade mensal e semanal para os casos de monitoramento e investigação de agravos e doenças específicas. A publicação recebeu o número de ISSN: 2358-9450. Este código, aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, possibilita rapidez, qualidade e precisão na identificação e controle da publicação. Ele se configura como importante instrumento de vigilância para promover a disseminação de informações relevantes e qualificadas, com potencial para contribuir com a orientação de ações em Saúde Pública no país.

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de dengue (número de casos/100 mil hab.), em 2018, até a SE 9, segundo regiões geográficas, evidencia que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 99,9 casos/100 mil hab. e 24,1 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as Unidades da Federação (UFs), destacam-se Goiás (184,2 casos/100 mil hab.), Acre (173,2 casos/100 mil hab.) e Mato Grosso (68,3 casos/100 mil hab.) (Tabela 1).

Entre os municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue registradas em fevereiro, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: São Simão/GO, com 2.172,9 casos/100 mil hab.; Senador Canedo/GO, com 784,2 casos/100 mil hab.; Aparecida de Goiânia/GO, com 46,9 casos/100 mil hab.; e Goiânia/GO, com 38,3 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 2).

Casos graves e óbitos de dengue

Em 2018, até a SE 9, foram confirmados 20 casos de dengue grave e 280 casos de dengue com sinais de alarme. No mesmo período de 2017, foram confirmados 65 casos de dengue grave e 763 casos de dengue com sinais de alarme (Tabela 3). Em 2018, até a SE 9, observou-se que a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos confirmados de dengue grave e dengue com sinais de alarme, com 11 e 199 casos, respectivamente (Tabela 3).

Seis óbitos foram confirmados por dengue até a SE 9 de 2018. No mesmo período de 2017, foram confirmados 33 óbitos (Tabela 3). Existem ainda em investigação, em 2018, 126 casos de dengue grave e dengue com sinais de alarme e 61 óbitos que podem ser confirmados ou descartados (dados não apresentados nas tabelas).

Febre de chikungunya

Em 2017, da SE 1 à SE 52, foram registrados 185.854 casos prováveis de febre de chikungunya, e em 2016, 277.882 (Figura 2). Em 2018, até a SE 9 (31/12/2017 a 03/03/2018), foram registrados 12.102 casos prováveis de febre de chikungunya no país, com uma incidência de 5,8 casos/100 mil hab. (Tabela 4); destes, 7.205 (59,5%) foram confirmados e outros 1.698 casos suspeitos foram descartados (dados não apresentados em tabelas).

Em 2018, até a SE 9, a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos prováveis de febre de chikungunya (6.054 casos; 50,0%) em relação ao total do país. Em seguida aparecem as regiões Sudeste (3.090 casos; 25,5 %), Nordeste (1.609 casos; 13,3 %), Norte (1.243 casos; 10,3%) e Sul (106 casos; 0,9%) (Tabela 4).

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de febre de chikungunya (número de casos/100 mil hab.), em 2018, até a SE 9, segundo regiões geográficas, evidencia que a região Centro-Oeste apresenta a maior taxa de incidência: 38,1 casos/100 mil hab. Entre as UFs, destacam-se Mato Grosso (176,8 casos/100 mil hab.), Pará (11,3 casos/100 mil hab.) e Ceará (7,2 casos/100 mil hab.) (Tabela 4).

Entre os municípios com as maiores incidências de chikungunya registradas em fevereiro, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Nossa Senhora do Livramento/MT, com 208,3 casos/100 mil hab.; Várzea Grande/MT, com 503,6 casos/100 mil hab.; Cuiabá/MT, com 22,0 casos/100 mil hab.; e Belém/PA, com 5,4 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 5).

Óbitos de chikungunya

Em 2018, até a SE 9, foi confirmado laboratorialmente um óbito por chikungunya e existem ainda 12 óbitos em investigação que podem ser confirmados ou descartados. No mesmo período de 2017, foram confirmados 21 óbitos e existiam 10 óbitos em investigação (Tabela 6).

Em 2017, da SE 1 à 52, foram registrados 17.594 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país, e em 2016, 216.207 (Figura 3).

Em 2018, até a SE 7, foram registrados 705 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país, com taxa de incidência de 0,3 caso/100 mil hab. (Tabela 7); destes, 117 (16,6%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis de Zika (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de incidência: 1,2 caso/100 mil hab. e 0,7 caso/100 mil hab., respectivamente. Entre as UFs, destacam-se Tocantins (4,0 casos/100 mil hab.), Mato Grosso (2,8 casos/100 mil hab.), Rio Grande do Norte (1,7 caso/100 mil hab.) e Alagoas (1,5 caso/100 mil hab.) (Tabela 7).